

## INFORMATIVO CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

Edição: 1 Nº 2 - Janeiro de 2013

### Cinema novo para Classificação Indicativa

O Ministério da Justiça contará com uma nova sala de projeção para o trabalho da Classificação Indicativa de filmes para o mercado de cinema. A sala com 9 lugares contará com equipamento digital e 3D. A mudança vai otimizar e aumentar a produtividade do trabalho feito pela equipe da Classificação Indicativa. A sala deve começar a funcionar em poucos dias. Outra sala de projeção que volta a exibir filmes no MJ é a Joaquim Pedro de Andrade, específica para películas em 35 mm. A equipe da Classificação Indicativa assiste, em média, 500 obras por ano para o mercado de cinema.

#### A Classificação

O papel da classificação é informar as faixas etárias compatíveis ao tipo de material veiculado. Não há proibição de veiculação nem interferência no conteúdo do que é exibido. Muito diferente do trabalho de censura realizado no período da ditadura, ela apenas orienta o público sobre o conteúdo de programas de TV, filmes, DVDs, jogos eletrônicos, entre outros. Assim, a família tem a informação decisiva para exercer o seu direito de escolha e as crianças e adolescentes têm seu desenvolvimento psicossocial preservado. A Classificação Indicativa feita pelo Ministério da Justiça tem como base a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Fonte: ACS)



(Foto: Arquivo MJ/ Imagem ilustrativa)



### Seminário Internacional Infância e Comunicação

Será realizado, em Brasília, o Seminário Internacional Infância e Comunicação – Direitos, Democracia e Desenvolvimento, nos dias 6, 7 e 8 de março de 2013, com a presença de especialistas da área. O objetivo do encontro é impulsionar o debate público em torno do papel estratégico desempenhado pelas ferramentas de comunicação e informação nos processos de transformação social. O evento é uma realização da ANDI – Comunicação e Direitos, em parceria com a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça (MJ); a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPSCA), da Secretaria de Direitos Humanos (SDH); o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e a UNESCO. O seminário tem o apoio da Fundação Ford.

[infanciaecomunicacao.andi.org.br/](http://infanciaecomunicacao.andi.org.br/)

(Fonte da ACS)

## O Brasil representado no Conselho Internacional de Classificação de Aplicativos (International App Rating Council - IARC)

Está em desenvolvimento nos Estados Unidos, em conjunto com o PEGI da Europa, um sistema de classificação de jogos e app's, mundial e unificado. Como o Brasil apresenta um grande número de usuários de jogos e por este mercado estar em franca expansão, a equipe do Ministério da Justiça, que regula a Classificação Indicativa no país, foi convidada a participar do Conselho Internacional de Classificação de Aplicativos, formado por representantes de vários sistemas de classificação indicativa para jogos.

Esta ação contribui para que um jogo/app possa ser classificado de uma única vez em vários locais. O representante do conselho responde a um questionário, fazendo com que jogos simples sejam classificados com agilidade e jogos complexos sejam analisados e classificados no tempo necessário. Ao final, um software compara as respostas com os níveis de classificação de cada país e atribui a faixa etária, símbolo e descritor de conteúdo de acordo com os critérios.

Conheça mais no link: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ6BC270E8PTBRIE.htm>



(Foto: arquivo MJ)

Representantes do Conselho Internacional de Classificação de Aplicativos

## Oficina da Classificação Indicativa no ES

Em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEADH e o Observatório da Mídia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, no dia 14 de março acontecerá a Oficina da Classificação Indicativa em Vitória/ES. Com o intuito de ampliar o universo de debate em torno da política da classificação e da proteção dos direitos da criança e do adolescente, o evento contará com a participação de representantes do poder público, atores da proteção aos direitos de crianças e adolescentes, dos direitos humanos e profissionais da comunicação.

Expediente:  
Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Justiça  
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação  
Edição e Revisão: Mônica Patrícia Gomes Machado  
Textos: MJ/ACS  
Distribuição Eletrônica  
Envie suas críticas e sugestões para:  
[classificacaoindicativa@mj.gov.br](mailto:classificacaoindicativa@mj.gov.br)  
[www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)